

## Biopolítica na epidemia de Covid-19 no Brasil (2020): uma análise das ações de combate à doença e a oposição anti-quarentena

*Biopolitics in the Covid-19 epidemic in Brazil (2020): an analysis of actions to combat disease and anti-quarantine opposition*

Leandro Vilar Oliveira

 <https://orcid.org/0000-0001-8905-9727>  
Universidade Federal da Paraíba

**Resumo:** Neste artigo analisou-se a epidemia de Covid-19, no Brasil, abordando desde seu início diagnosticado no final de fevereiro até os fins de agosto, quando se nota um forte declínio na manutenção das medidas para o combate à doença. Para a coleta de dados recorreu-se a artigos científicos sobre a epidemia, informes oficiais publicados pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e dados produzidos pelo Ministério da Saúde do Brasil. Além dessas fontes, recorreremos a publicações jornalísticas para conhecer a repercussão da doença. Para realizar o estudo, analisamos algumas das decisões adotadas pelo Governo Federal e Estaduais e sua repercussão no país, focando em compreender com a população reagiu a tais medidas concebidas para esse momento de crise. Abordando os problemas políticos e sociais da implementação das políticas públicas de saúde. Diante disso, adotamos o uso dos conceitos de biopolítica e biopoder, do filósofo francês Michel Foucault, aplicando suas ideias ao contexto brasileiro, mostrando um desentendimento quanto a perceber a biopolítica como algo positivo ou negativo. E nesse ponto recorreremos a autores como Agamben, Boaventura de Sousa Santos, Žižek, Safatle e Mbembe para dialogar a respeito das intenções políticas por trás da epidemia. Onde chegamos à conclusão de que a doença foi tratada em vários momentos como uma teoria da conspiração, farsa, sensacionalismo midiático e uma disputa política entre Direita x Esquerda.

**Palavras-chave:** Biopolítica. Epidemia. Covid-19. Saúde no Brasil.

**Abstract:** This paper analyzed the Covid-19 epidemic in Brazil, addressing from its beginning diagnosed at the end of February until the end of August, when there is a strong decline in the maintenance of measures to combat the disease. For data collection, scientific articles on the epidemic, official reports published by the World Health Organization (WHO) and data produced by Brazilian Ministry of Health, were used. In addition to these sources, we used journalistic publications to learn about the repercussions of the disease. To carry out this study, we analyzed some of the decisions adopted by the Federal and State Government and their repercussions in the country, focusing on understanding how the population reacted to such measures designed for this moment of crisis. Addressing the political and social problems of implementing public health policies. Therefore, we adopted the use of the concepts of biopolitics and biopower, by the French philosopher Michel Foucault, applying his ideas to the Brazilian context, showing a disagreement about whether to perceive biopolitics as something positive or negative. At this point, we used authors like Agamben, Boaventura de Sousa Santos, Žižek, Safatle and Mbembe to talk about the political intentions behind the epidemic. Where we came to the conclusion that the disease was treated at various times as a conspiracy theory, farce, media sensationalism and a political dispute between Right vs. Left.

**Keywords:** Biopolitic. Epidemy. Covid-19. Health in Brazil.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

## Introdução

O ano de 2020 entrou na História recente com a maior crise de saúde no mundo, que temos até então no século XXI. Embora que nas décadas anteriores tivemos surtos internacionais de SARS<sup>1</sup> (2002-2004), Gripe Aviária<sup>2</sup> (2005) e Gripe Suína<sup>3</sup> (2009), e no caso específico do Brasil, ocorreram surtos de dengue (2015), febre amarela (2016-2017), Chikungunya e Zika (2017-2019), no entanto, nenhuma dessas doenças virais, causou tanto impacto nacional e internacional como a pandemia global do novo coronavírus identificado como SARS-CoV 2, cujos primeiros casos de infectados foram detectados em dezembro, na cidade de Wuhan, na China, vindo a tornar-se uma epidemia nos dois meses seguintes no país, e depois espalhada pelo mundo em poucas semanas.

No entanto, pesquisas realizadas na França e Itália assinalaram que o SARS-CoV 2 já poderia estar presente nestes países desde dezembro de 2019, pelo menos. A partir dos estudos franceses e italianos contesta-se se a pandemia teria realmente se iniciado com os chineses, já que não se sabe exatamente como as pessoas que faleceram em dezembro de 2019, teriam contraído este vírus. Todavia, a mídia internacional creditou a China como sendo o epicentro dessa pandemia, condição essa que gerou teorias da conspiração, as quais alguns defendem que o vírus teria sido criado em laboratório e disseminado propositalmente para causar calamidade no mundo (ŽIŽEK, 2020).

O presente artigo teve como proposta usar os conceitos de biopolítica e o biopoder desenvolvidos pelo filósofo Michel Foucault, e como estes podem ser aplicados ao contexto da crise de saúde mundial do ano de 2020, ocasionada pela pandemia de Covid-19, tendo como recorte o Brasil entre os meses de fevereiro e agosto, período que compreende o começo e declínio da quarentena e do isolamento. Nesse sentido, o objetivo foi perceber quais políticas de saúde pública foram adotadas a nível Estadual e Federal e como elas foram aplicadas e percebidas pela população brasileira, a qual apresentou uma opinião bastante divergente sobre a adoção de medidas de quarentena e isolamento social, a ponto de tornar-se essa epidemia numa disputa política entre Direita x Esquerda. Contenda essa agravada pela disseminação de notícias falsas (*fake news*), teorias da conspiração, desobediência as medidas sanitárias, fanatismo político e religioso, e até mesmo decisões de políticos desde o Presidente da República até Vereadores, que se manifestaram publicamente contra tais ações emergenciais, além de minimizarem a gravidade da doença.

A estrutura do artigo foi dividida inicialmente num tópico de apresentação da doença nomeada Covid-19, contextualizando esse vírus, sua detecção, sintomas e apontar algumas das medidas de precaução apresentadas pela OMS. Em seguida apresentamos o conceito de biopolítica e biopoder. No tocante a análise do desenvolvimento da epidemia de Covid-19 no Brasil, dividimos os seguintes tópicos por mês, apontando os principais acontecimentos nesses períodos, a nível nacional, porém, evidenciando casos mais específicos ocorridos nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília, as quais foram palcos de manifestações anti-quarentena. Por fim, apresentamos algumas considerações sobre a epidemia nos meses analisados.

## A doença que parou o mundo

O coronavírus consiste num vírus do tipo RNA (ácido ribonucleico), o qual pertence à família *Coronaviridae*, estando inserida na subfamília *Orthocoronavirinae*. O grupo dos coronavírus são conhecidos há décadas por causar doenças que geram resfriados, febre e complicações respiratórias que podem levar a morte (PATRICK et al, 2005). Tais vírus acometem tanto animais quanto pessoas, e no caso da infecção em humanos, o primeiro registro conhecido foi feito pela

---

<sup>1</sup> Síndrome respiratória aguda grave.

<sup>2</sup> Também chamado de vírus influenza suína (SIV) e Gripe A, devido ser do subgrupo do Influenza A.

<sup>3</sup> Variedade do vírus Influenza do tipo H5N1.

virologista escocesa June Almeida (1930-2007), enquanto ela trabalhava no laboratório do *St. Thomas's Hospital Medical School*, em Londres, no ano de 1964. Sendo classificado como HCoV-229E, que em contato com um hospedeiro humano, causava sintomas de um resfriado comum. (BROCKLEHURST, 2020).

A partir da observação e classificação de Almeida, nos anos seguintes novas cepas (variedades) de coronavírus foram sendo identificadas, até que em 2019, na China, identificou-se o SARS-CoV-2 (Coronavírus da síndrome respiratória aguda grave 2), que foi identificado no dia 31 de dezembro na cidade de Wuhan, na província de Hubei, a partir de um paciente de 41 anos que apresentou sintomas como febre, dificuldade em respirar e sinais de princípio de pneumonia. Inicialmente as autoridades de saúde da cidade, consideraram o ocorrido como comum, pois casos de gripe na China são normais. Todavia, em 4 janeiro de 2020, quarenta e quatro pacientes com sintomas parecidos, começaram a serem notificados pelas autoridades hospitalares de Wuhan e de cidades vizinhas. E estes informaram que duas semanas antes haviam visitado o mercado de frutos do mar de Wuhan ou tido contato com gente daquela cidade. (LIRONG et al, 2020, p. 1177).

O mercado de Wuhan foi considerado de início o possível epicentro do novo vírus. Inclusive circulou na imprensa mundial que o vírus teria sido adquirido a partir do consumo de carne de morcego. Embora saiba-se que esses animais possam hospedar cepas de coronavírus, não há confirmações que tenha sido pela ingestão de morcegos que os primeiros infectados tiveram contato com a doença, pois no mercado, além de vender frutos do mar, vende-se também outras variedades de animais, as quais poderiam estar infectadas com o vírus e não apresentarem sinais nítidos da doença. Porém, a contaminação pelo novo coronavírus necessariamente não dar-se-ia apenas pela ingestão desses animais contaminados, mas pelo contato com eles, pois o vírus pode ser transmitido pelo ar. (ANDERSEN et al, 2020, p. 450-452).

A situação na China foi se agravando a ponto que no dia 30 de janeiro, a Organização Mundial da Saúde (OMS), emitiu um comunicado emergencial dizendo que receberam notificações de infectados por Covid-19 em outros países. Em um pouco mais de um mês desde a identificação dos primeiros infectados em Wuhan, a OMS informava que o vírus havia se espalhado. Entretanto, naquele momento grande parte da população mundial desconhecia o caso ou estava indiferente, pois acreditava-se que a doença ainda estivesse restrita a China. (DANTAS, 2020). Os meses de fevereiro e março foram cruciais, pois em poucas semanas, países como Itália, Espanha, França, Coreia do Sul e Irã notificaram centenas de infectados. No começo de março, países que tinham apenas poucos casos confirmados, já informavam que possuíam mortes causadas por Covid-19 e o número de infectados seguia subindo. No dia 11 de março a OMS declarou o Covid-19 como pandemia. (BELLINI, 2020, p. 3437).

Diante desse problema epidêmico que a Europa vivenciava, além de outros países asiáticos, pois a África e as Américas demoraram um pouco mais para apresentar curvas críticas, a OMS estipulou que os países adotassem medidas de quarentena e isolamento social para frear o contágio da doença. Com isso a OMS emitiu ainda em março, instruções de saúde pública. O documento possui uma série de recomendações, desde questões simples como lavar as mãos até algumas instruções técnicas. (OMS, 2020). Essas recomendações foram adotadas por vários países, pois no dia 25 de março, jornais já noticiavam que o mundo vivenciava sua primeira quarentena do século XXI. Uma reportagem especial da *BBC Brasil* informava os quatro níveis de isolamento adotados por alguns países. (BBC BRASIL, 2020). No caso, os níveis iam do 4 que é o mais restritivo até o número 1 que é considerado o menos restritivo.

- Nível 1: adoção do isolamento vertical, visando resguardar o chamado “grupo de risco”, composto por idosos, gestantes, cardiopatas, portadores de necessidades especiais, diabéticos, portadores de doenças autoimunes, pessoas internadas, doentes, etc. Foi uma medida adotada por muitos países.
- Nível 2: suspensão das aulas. A medida foi uma das mais comuns adotadas por

- quase todos os países que entraram em quarentena.
- Nível 3: toque de recolher noturno, onde determinava-se o fechamento do comércio e atividades durante à noite. Países como Chile, Romênia, Arábia Saudita e Egito adotaram essa medida na época. Porém, o comércio e demais serviços funcionavam normalmente durante o dia.
  - Nível 4: isolamento horizontal, suspendendo aulas, eventos, comércio, negócios, repartições públicas, transporte público, fechamento de fronteiras, recomendando-se que a população permanecesse em casa, somente saindo quem teria que trabalhar ou comprar artigos essenciais. Países como Itália, Espanha e França adotaram esse nível em poucas semanas.

No que se refere ao Brasil, o qual veremos com mais detalhes adiante, o governo brasileiro adotou todos os quatro níveis apresentados acima. Iniciando pelo nível 1 e subindo gradativamente até o 4, apesar que a adoção desses níveis variou de estado para estado, e nem sempre a população obedeceu a essas recomendações.

### **Biopolítica e biopoder**

Antes de adentrarmos a apresentar as medidas do Governo Federal e dos governos estaduais para combater a epidemia do novo coronavírus, destacaremos os conceitos de biopolítica e biopoder desenvolvidos pelo filósofo Michel Foucault (1926-1984), na década de 1970, especificamente em sua visita ao Brasil, onde ele palestrou na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), em 1974, cujo tema foi *O Nascimento da medicina social*, posteriormente ele retomou a ideia de biopolítica nos anos seguintes em cursos na França, até chegar ao livro *Nascimento da Biopolítica* (1978-1979) (DANNER, 2010, p. 153).

Sobre essa origem da biopolítica, Foucault no *Nascimento da medicina social*, disse que foi através do Capitalismo que a medicina social engendrou o surgimento da biopolítica como forma de controlar o corpo a serviço do Estado

Minha hipótese é que com o capitalismo não se deu a passagem de uma medicina coletiva para uma medicina privada, mas justamente o contrário; que o capitalismo, desenvolvendo-se em fins do século XVIII e início do século XIX, socializou um primeiro objeto que foi o corpo enquanto força de produção, força de trabalho. O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade bio-política. A medicina é uma estratégia bio-política. (FOUCAULT, 1995, p. 47).

Nesse sentido, a biopolítica consistiria nas medidas governamentais que atuam e interferem sobre a cultura, a sociedade, a economia, as leis, a saúde, a educação, além de ditar normas e restrições comportamentais que afetam a população sob aquele governo, ditando parâmetros e ações sobre a vida e a morte. (FOUCAULT, 2007, p. 40-41).

Tais parâmetros são retratados em diferentes condições: a forma como o indivíduo veste-se, como o governo trata as diferentes opções sexuais; a definição de família e casamento; a atenção que o governo dar para assuntos públicos como natalidade, mortalidade, criminalidade, aborto, longevidade, migração, abandono, adoção, etc. A instrução escolar, militar e política para que a população tenha bons hábito de saúde e disciplina; o acesso a hospitais, clínicas, orfanatos, asilos; o acesso ao serviço de saneamento básico; o serviço de segurança pública e o tratamento dado pelas instituições policiais e legais a população, tudo isso são reflexos da biopolítica adotada, pois aplicam-se direta ou indiretamente ao corpo do indivíduo, passando-o a regulamentá-lo, de forma saudável ou não. (FOUCAULT, 1999, p. 131-132).

A partir da biopolítica surge o biopoder, pois enquanto o primeiro consiste nas medidas legais ou pelo menos reconhecidas pelo Estado, para se aplicar normas, leis e regras, o biopoder seria a forma pela qual tais medidas seriam executadas. Sendo essas formas inicialmente oriundas com o

Direito nos séculos XVII e XVIII, que posteriormente passaram a incidir sobre a liberdade, a vida, a morte, a orientação sexual, a identidade e o trabalho. Sendo medidas originalmente concebidas para o bem-estar da população, voltadas para a vida, porém, não significou que não foram aplicadas para outros intuitos. Nesse ponto, o autor sublinha que algumas guerras e o racismo, foram reflexos de ações de biopoder (FOUCAULT, 2005, p. 286-291).

Foucault também salienta que o biopoder contribuiu para o desenvolvimento do capitalismo e sua afirmação no mundo Ocidental, e ele não esteve restrito apenas as autoridades políticas, mas o biopoder também se expressa através das Forças Armadas, da polícia, da escola, da medicina individual, de grupos sociais, na família e na própria cultura, onde as instituições disseminam o biopoder de maneira que ele torne-se algo culturalmente aceito como sendo a normalidade e o correto. E isso é utilizado como forma de dominação e controle, pois à medida que a população tende a reconhecê-lo como “algo normal”, passam a perder o senso crítico para sua aplicação, e deixam de contestar seus desvios e usos duvidosos (FOUCAULT, 1999, p. 132-133).

tendo apresentado de forma breve ambos os conceitos, passaremos para aplicá-los ao caso brasileiro e retomaremos comentários de Foucault e de outros autores, comentando-os com base nos exemplos dados a seguir, os quais mostram o funcionamento do biopoder tanto para gerar benefício, quanto malefícios, pois Foucault já havia assinalado que o biopoder quando sofria abuso, punha em risco tanto a soberania individual, quanto a soberania coletiva e do Estado (FOUCAULT, 2005, p. 289).

## **Fevereiro: o coronavírus chega ao Brasil**

A epidemia de Covid-19 chegou ao Brasil em meio a uma crise política e econômica, que se agravou nos meses seguintes e gerou também uma crise de saúde pública. Entretanto, antes que o Covid-19 fosse decretado pela OMS como uma pandemia mundial, no Brasil, a primeira medida de biopolítica contra um possível surto da nova doença, foi a Lei no 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, concebida para apresentar medidas de proteção, além de definir o que seria quarentena e isolamento e outras ações para evitar o aumento do contágio. No tocante a essa lei é interessante destacarmos as definições por ela apresentada.

Art. 2º Para fins do disposto nesta Lei, considera-se:

I – Isolamento: separação de pessoas doentes ou contaminadas, ou de bagagens, meios de transporte, mercadorias ou encomendas postais afetadas, de outros, de maneira a evitar a contaminação ou a propagação do coronavírus; e

II – Quarentena: restrição de atividades ou separação de pessoas suspeitas de contaminação das pessoas que não estejam doentes, ou de bagagens, contêineres, animais, meios de transporte ou mercadorias suspeitos de contaminação, de maneira a evitar a possível contaminação ou a propagação do coronavírus. (LEI Nº 13.979, 2020).

Além dessas definições, destacamos o artigo 3º, no qual encontram-se as medidas de enfrentamento a epidemia do novo coronavírus, sendo essas: isolamento, quarentena, exames médicos, coleta de amostras, acompanhamento da evolução dos casos, medidas de restrição excepcional e temporária, redução de viagens internacionais e interestaduais, etc. (LEI Nº 13.979, 2020).

Embora essa lei tenha sido aprovada em fevereiro, no entanto, suas medidas somente começaram a ser aplicadas em meados de março, pois antes disso, houve por parte de representantes do Governo Federal, o posicionamento de que o Brasil talvez não vivenciasse uma crise de saúde como vista em outros países. Na época, o Ministério da Saúde noticiou que o primeiro caso de Covid-19 no país, foi confirmado no dia 26/02, num senhor de 61 anos, que deu entrada no Hospital Albert Einstein, em São Paulo. O mesmo havia retornado de uma viagem à Itália. Todavia, em estudos posteriores, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) emitiu nota no mês de maio, informando que os primeiros casos de Covid-19 teriam ocorrido ainda no começo de fevereiro,

nas cidades de São Paulo e Cascavel/PR, onde as secretárias de saúde registraram várias internações de pessoas com problemas respiratórios e até alguns óbitos. Somente meses depois que foi confirmado se tratar de Covid-19 (CORREIO, 2020).

Após esse primeiro caso confirmado no estado de São Paulo, o número de novos infectados cresceu de forma lenta, pois no dia 26 de março, exato um mês desde o primeiro caso relatado, naquele momento o Ministério da Saúde confirmava 482 infectados por Covid-19, apesar que posteriormente foi apontado subnotificações para tais valores. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020). Devido ao número baixo, muitos governadores não tomaram medidas imediatas por considerar que talvez o vírus não seria tão contagioso como em países asiáticos e europeus. Além desse atraso dos governos em tomarem medidas para implementar a quarentena e o isolamento social, isso também permitiu que parte da população brasileira se mostrasse indiferente a ameaça da epidemia, pois ao verem que o número de casos era baixo, consideraram aquilo como sinal de que a doença não seria perigosa. Inclusive o presidente Jair Messias Bolsonaro (sem partido) e o vice-presidente Antônio Hamilton M. Mourão (PRTB), mantiveram o tom tranquilizador, alegando que o Brasil não corria risco de um surto epidêmico, e muito do que era transmitido pela mídia a respeito dos outros países, tratava-se de alarde. (ÚLTIMO SEGUNDO, 2020a).

Devido a esse descaso com o nível de periculosidade da pandemia, as medidas tomadas pelo Governo Federal e os Estados demoraram a serem aplicadas, e não surtiram efeitos totalmente esperados, pois parte da população como será visto adiante, manifestou-se contrariamente a tais medidas de saúde, motivadas por distintos fatores.

### **Março: o início da quarentena**

Enquanto as autoridades maiores do país seguiam com a postura de não encarar o risco da pandemia mundial de Covid-19, alguns governadores decidiram agir antes do Governo Federal tomar alguma decisão propriamente dita. Assim, no dia 12 de março, o governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, frente o aumento de infectados na região, decretou a suspensão das aulas e de eventos com mais de 100 pessoas, embora que a medida na época fosse temporária, apenas abarcando cinco dias úteis. Mas trata-se de uma das primeiras medidas a aplicar isolamento, que no caso, refere-se ao isolamento de nível 2 como citado anteriormente.

Apesar da decisão do governador Rocha, no dia 15 de março, ocorreu o primeiro protesto durante a epidemia, onde apoiadores do presidente Bolsonaro, se reuniram em Brasília e em outras cidades, para protestar contra o Supremo Tribunal Federal (STF), o Senado, a Câmara dos Deputados e outros políticos. O próprio presidente compareceu em uma dessas manifestações, contrariando o fato que na ocasião o governador Rocha havia decretado que eventos com mais de 100 pessoas não deveriam ocorrer. (ESTADÃO, 2020). Aqui percebe-se o primeiro embate de biopoder entre os governos Estaduais e o governo Federal, onde o Presidente da República ignorou um decreto manifestado para a segurança pública.

Ainda neste mês, o ministro Mandetta, assinou a portaria Nº 395, de 16 de março de 2020, que autorizava o repasse de verba no valor de R\$ 424,154,750 milhões de reais para aos estados para bancar as despesas de combate à epidemia, que naquele momento já havia passado de mais de três mil infectados. Assim, os Estados começaram a tomar suas próprias medidas de prevenção e tratamento, dentre as mais comuns foram a suspensão de aulas e cancelamento de eventos públicos e privados. No entanto, alguns dos governadores cogitaram decretar suspensão do comércio e outros estabelecimentos como restaurantes, bares, clubes e igrejas. A condição de citar que igrejas poderiam ser fechadas, não agradou alguns dos grandes pastores neopentecostais do país, que publicamente reclamaram disso (CORRÊA FILHO, 2020).

E dez dias após a portaria nº 395, os governadores de vários estados de distintas regiões do país, já haviam decretado suspensão de aulas, cancelamento de eventos e espetáculos, cancelamento de voos, e até mesmo adotaram medidas de isolamento e quarentena de níveis 3 e

4, o que significou que o comércio, repartições públicas e privadas, que não fossem essenciais (alimentação, abastecimento, saúde, segurança etc.), seriam fechados inicialmente por quinze dias. (AGÊNCIA BRASIL, 2020a).

O Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta também se manifestou em algumas entrevistas, ao dizer que concordava com as medidas de quarentena propostas pelos Estados. Dessa forma, antes do final de março, o Brasil havia entrado no início de um isolamento nacional, algo que não era visto desde a Gripe Espanhola que atingiu o país entre 1919 e 1920. Ainda assim, nem mesmo naquela época, o isolamento e a quarentena não tinham sido tão amplos (GOULART, 2005).

E com a decisão dos Estados, baseados na lei 13.979/2020, tinha-se a primeira aplicação concreta do biopoder voltado para sanar um problema de saúde pública, em que a população foi momentaneamente desprovida de seu direito de mobilidade, onde a ordem geral era “fique em casa”. Se recapitulamos que o biopoder como dito por Foucault, tende a agir de diferentes formas pelas quais exerça algum tipo de controle sobre o corpo dos indivíduos governados, temos na condição dos governadores recomendarem que a população evitasse ir à rua, uma prática pela qual o biopoder estava agindo sobre o corpo desses indivíduos, valendo-se de uma prerrogativa de segurança nacional, para impedir o aumento do contágio do novo coronavírus, ao mesmo tempo em que essa ação de salvaguardar a saúde da população, significasse impô-la a obrigação de um isolamento emergencial. Mesmo que encarado a contragosto por parte de alguns (VENTURA; AITH, RACHID, 2020).

Nesse ponto, Foucault dizia que as ações do biopoder tendiam a partir de motivos que visassem o bem-estar, fosse o combate a formas de mortalidade, desnutrição, surtos de doença, práticas higiênicas inadequadas e outros problemas de saúde. Por outro lado, o biopoder também poderia ser usado num intuito de coerção, vigilância, punição e opressão, algo que ele diz ter acontecido em governos autoritários e ditatoriais (FOUCAULT, 1999, 2005). No caso do Brasil, o biopoder manifestado pela biopolítica emergencial, foi projetado para atender o bem-estar o povo, mas parte da população não viu com sabedoria tais recomendações. Sobre isso, Preciado comenta:

[...] que toda biopolítica es inmunológica: supone una definición de la comunidad y el establecimiento de una jerarquía entre aquellos cuerpos que están exentos de tributos (los que son considerados inmunes) y aquellos que la comunidad perciben como potencialmente peligrosos (los demuni) y que serán excluidos em un acto de protección inmunológica. Esa es la paradoja de la biopolítica: todo acto de protección implica una definición inmunitaria de la comunidad según la cual esta se dará a sí misma la autoridad de sacrificar otras vidas, en beneficio de una idea de su propia soberanía. El estado de excepción es la normalización de esta insoportable paradoja. (PRECIADO, 2020, p. 165-166).

O comentário do filósofo Paul B. Preciado, recebeu seu exemplo prático no Brasil, onde o presidente Jair Bolsonaro em pronunciamento proferido no dia 20 de março, reclamou dos governadores, alegando que a medida de suspender atividades comerciais, aeroportos, portos, rodoviárias e outros serviços públicos e privados, era algo abusivo, pois o país não vivenciava um risco de infecção como visto em outros lugares. Nesse ponto, tanto apoiadores do presidente, quanto pessoas que não o apoiavam, mas que concordavam com suas falas, passaram a defender publicamente que se a economia parasse, o país entraria na falência (ÚLTIMO SEGUNDO, 2020a). Nota-se que o presidente e seus adeptos, eram contrários a tais medidas de quarentena, pois afetariam suas vidas, assuntos e negócios. Aqui percebemos o que Preciado apontou como a biopolítica ser usada para o beneficiar alguns em detrimento de pôr a vida de muitos outros em risco, pois segundo estes que protestavam, a “economia não poderia parar”.

Diante desse argumento de que a quarentena prejudicaria a economia e acabaria agravando

a “fome”<sup>4</sup> e geraria “assaltos”, aqueles que defendiam ser contrários a medidas de restrição, começaram a se manifestar publicamente, atacando-as e propondo até boicote (SOUSA, 2020). Sobre isso, Boaventura dos Santos comenta que essa opinião foi compartilhada em muitos países de tendência conservadora, neoliberal e extremista, onde seus governantes erguiam a “bandeira” de que era necessário “sacrificar” milhões de vidas pelo bem da economia, entretanto, economistas de diferentes nacionalidades contestaram esse argumento (SANTOS, 2020, p. 26).

No caso do Brasil, o Governo Federal inclusive adotou medida dos ditos “países esquerdistas”, ao aprovar no dia 26 de março, um auxílio emergencial no valor de R\$ 600,00 que seria pago nos meses seguintes<sup>5</sup>. Embora o pagamento desse auxílio foi contestado, sob alegação que faliria os cofres públicos. Com isso, alguns políticos se posicionaram contrários a esse auxílio, defendendo inclusive que se o comércio não parasse, não haveria necessidade de tal ajuda governamental. Tal atitude pode ser considerada um exemplo de necropolítica como assinalado por Achille Mbembe<sup>6</sup>, no qual uma ala do Estado claramente deixa de pensar na segurança individual, e decide que parte da população é “descartável”, defendendo que essas pessoas, sobretudo, os pobres, os trabalhadores autônomos, os empregados de lojas, shoppings e fábricas, devam correr o risco para manter seus empregos e as atividades fluindo (SOUSA, 2020).

Observa-se um exemplo do que o filósofo Vladimir Safatle chama de “estado suicidário”, onde claramente nota-se que para algumas autoridades políticas, mas também empresários, banqueiros, industriais, investidores, donos de estabelecimentos comerciais, fabris e de prestação de serviço, seus negócios não poderiam ter seus serviços e renda abalados por conta de governadores que decretaram medidas de quarentena, as quais ordenavam que a população evitasse ir trabalhar, comprar, negociar, vender e passear. E assim, defendiam ir para a rua e seguir com a vida, pois essa epidemia não era “tão perigosa” ou seria uma “falácia”. E caso morressem algumas pessoas, seria um “sacrifício válido” para manter o país funcionando (SAFATLE, 2020).

Nesse contexto, observa-se novo embate entre as autoridades políticas do país. O Senado preocupado em aprovar uma lei que concedia um auxílio emergencial de R\$ 600,00 no intuito de evitar que os desfavorecidos ficassem sem condições de conseguir seu sustento diário<sup>7</sup>, mas de outro lado, políticos defendendo que o auxílio deveria ser negado, e a população que pudesse trabalhar, seguisse trabalhando, pois a economia não poderia parar. E esse posicionamento antagonico levou a novos protestos pelo país.

Em 27 de março, poucos dias após estados como Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima, Paraná e Santa Catarina, os quais começaram a adotar a quarentena, ocorreram carreatas contrárias a tais práticas. Nesse primeiro momento os manifestantes que participavam dessas carreatas, não usavam máscaras, portavam bandeiras nacionais, usavam camisas da seleção brasileira de futebol, e alguns exibiam camisas e bandeiras com a imagem do presidente Bolsonaro. (LECLERCQ, 2020). No entanto, essas manifestações que foram as primeiras ocorridas após o

---

<sup>4</sup> De fato, a epidemia agravou a fome no Brasil. Em setembro de 2020, o IBGE emitiu nota apontando que cerca de 10,3 milhões de brasileiros não tinham acesso a refeições diárias.

<sup>5</sup> Inicialmente o auxílio seria de 200 reais, mas foi acordado o valor de 600 reais, como estipulado pelo Decreto Nº 10.316, de 7 de abril de 2020. O auxílio foi concebido para ajudar principalmente pessoas desempregadas sem seguro-desemprego e autônomos incapacitados de trabalhar devido a quarentena. Embora que nos meses de sua aplicação, identificou-se fraudes, onde civis e militares o receberam de forma indevida.

<sup>6</sup> O conceito de necropolítica é inspirado no de biopolítica, mas ambos são distintos, pois o primeiro diz respeito as atitudes e ações do Estado, referentes a vida e a morte, ditando quem deve viver e morrer, quem é importante e quem é descartável. Apresentando ações pelas quais os governos deliberadamente permitem práticas de controle, opressão e negligência. Mbembe defende que isso teria tido início na Idade Moderna, com o colonialismo, o imperialismo e a escravidão negra e indígena. Sendo aplicado através do necropoder, que se manifesta de distintas formas (MBEMBE, 2018).

<sup>7</sup> Salientamos que esse auxílio somente é concedido para pessoas que possuam acesso à internet, smartphones e contas bancárias. Logo, os milhares de moradores de rua no país, ficaram de fora desse benefício. E soma-se a essa parte da população desfavorecida, as pessoas sem acesso regular a internet, algo visto não apenas no campo, mas em cidades do interior e até em bairros e comunidades de cidades grandes.

decreto de quarentena nacional, foram apenas o estopim para várias outras que ocorreriam nos meses seguintes.

### **Abril: início dos protestos anti-quarentena**

Nota-se aqui um embate da população contra o biopoder exercido pelos governadores e prefeitos, pois enquanto esses determinavam medidas de nível 3 e 4, por outro lado, houve prefeitos, governadores, o presidente e partidários que também se mostravam críticos, e completando isso, parte da população desrespeitava os decretos, mantendo estabelecimentos abertos, como bares, lanchonetes, restaurantes e lojas, algo que ocorria não necessariamente em cidades interioranas, mas nas capitais dos estados, em bairros periféricos ou com grande aglomeração populacional. Além da condição de haver aglomerações em mercados ou o simples fato de pessoas caminhando na praia, parques e praças como se nada estivesse acontecendo no país.

Tal embate era fomentado principalmente por quatro fatores: o negacionismo de que a epidemia fosse algo grave ou até mesmo real<sup>8</sup>; a ignorância em não tomar precauções propostas pelo Ministério da Saúde, como manter distanciamento, evitar aglomerações, usar máscaras, higienizar-se regularmente; a oposição apresentada pelo presidente Bolsonaro e seus adeptos quanto a alegar que a biopolítica dos Estados era excessiva; por fim, havia a necessidade de sobrevivência, condição de que parte da população, especialmente a que trabalha como autônoma, ou depende de pequenos negócios de venda, não podiam simplesmente deixar de trabalhar e ter que sobreviver com o auxílio de R\$ 600,00. Comparado aos demais motivos, esse seria o mais crucial para impedir que pessoas tivessem que adotar um isolamento social de grau mais elevado.

Apesar desses fatores, surgiu também uma outra condição, a qual chamamos de fator conspiratório, que inclusive esse associa-se ao negacionismo e a ignorância. Diante disso, novas teorias conspiratórias acusando os chineses de terem criado o vírus em laboratório para causar tal crise global, passaram a vigorar e serem compartilhadas nas redes sociais e aplicativos de mensagens (ŽIŽEK, 2020, p. 11-12). Essas teorias até se difundiram em outros países e foram usadas para se atacar os defensores do isolamento social e da quarentena, como o próprio ministro Mandetta, que foi criticado por adeptos dessas conspirações, os quais lhe dirigiram ofensas, por ele acreditar nessas supostas “mentiras”.

Além dessas teorias conspiratórias, nas semanas seguintes também foram difundidas notícias falsas (*fake news*) dizendo que a epidemia era algo inventado pela mídia, que os médicos estavam fraudando obituários, que havia caixões vazios ou cheios de pedras, os quais estavam sendo enterrados para constar como sendo pessoas mortas por Covid-19, entre outras informações que desmentiam a quarentena, o isolamento e até sugeriam tratamentos alternativos<sup>9</sup>. Isso tudo era resultado de atitudes negacionistas quanto a realidade da epidemia e as pesquisas científicas. Sendo essas *fake news* difundidas por políticos, autoridades, celebridades e pessoas com influência social, que inclusive incentivavam a população a ir às ruas para protestar contra a quarentena.

Sobre isso, Safatle critica a condição de parte do governo ser conivente com a propagação dessas mentiras e conspirações, utilizando-se dela para benefícios próprios e alegadamente “honestos”. Ele comenta que “É claro que séculos de necropolítica deram ao Estado brasileiro certas

---

<sup>8</sup> Existem negacionismos em diferentes âmbitos: na História, na Meteorologia, na Economia, na Política, na Biologia, na Física, na Medicina etc. No caso do ano de 2020, a pandemia de coronavírus tornou-se um novo fator para incitar o negacionismo em várias pessoas, tanto do Brasil, quanto em outros países. Onde essas pessoas procuravam justificativas, na maior parte das vezes, fundamentadas em boatos, teorias da conspiração e na ignorância, para tentar minimizar o perigo da doença, e até mesmo usar isso como meio para insultar e debochar daqueles que apoiavam medidas de saúde para combater essa pandemia. (DIAS, 2020). Embora salientamos que o negacionismo seja fruto também da desinformação e não apenas uma tendência de negar aquilo que não lhe convém.

<sup>9</sup> O site do Ministério da Saúde criou uma página específica para delatar tais *fake news* e desmenti-las. A lista é longa e continua aumentando. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/component/tags/tag/novo-coronavirus-fake-news?limitstart=0>. Acesso em: 2 maio 2020.

habilidades. Ele sabe que um dos segredos do jogo é fazer desaparecer os corpos. Você retira números de circulação, questiona dados, joga mortos por coronavírus em outra rubrica, abre covas em lugares invisíveis” (SAFATLE, 2020).

No dia 10 de abril, novos protestos, dessa vez, passeatas realizadas na Avenida Paulista, reuniram dezenas de pessoas que acusavam o governador João Dória (PSDB), de estar abusando de sua autoridade. Aqui temos a percepção de pessoas contrárias a atuação do biopoder aplicado pelo governo estadual de São Paulo. E o caso é problemático, pois esse estado teve o maior número de infectados e mortos no país, passando de 50 mil mortes. Mesmo diante de tais elevados números, ainda havia pessoas que discordavam das medidas de isolamento e quarentena. Essas pessoas também contestavam a veracidade da epidemia, acusando-a de ser uma mentira ou sensacionalismo (FOLHA DE SÃO PAULO, 2020).

Foi também em abril que o governo Federal e os governos Estaduais tomaram novas medidas biopolíticas de combate à epidemia. No caso do governo Federal, ocorreu a aprovação da MP 927 que reduzia a jornada de trabalho, salários, além de poder suspender o contrato trabalhista, entre outras prerrogativas. Esse decreto atingia o indivíduo diretamente, pois estava em jogo seu direito e possibilidade de seguir trabalhando, logo, sua capacidade de sustento (MP 927, 2020). Quanto aos governos Estaduais, a novidade foi a criação de hospitais de campanha<sup>10</sup>, compra de testes para identificar a doença e compra de respiradores mecânicos para auxiliar os pacientes com sintomas mais graves. Tais medidas biopolíticas foram propostas para assegurar a saúde da população, embora que denúncias de superfaturamento, somadas a *fake news* sobre tais hospitais e testes, gerou revolta em parte da população, que alegava que isso era uma “máfia” dos governadores e prefeitos para enganar o povo e lucrar com a doença.

E na metade do mês de abril a situação entrou em tensão quando o presidente Bolsonaro aumentou seu atrito com o ministro Mandetta, quanto a duração do isolamento social e fechamento do comércio. A tensão chegou ao ápice, no dia 16 de abril, quando a demissão de Mandetta foi anunciada no *Diário Oficial*. O ministro que foi visto nas últimas semanas antes da sua demissão, como uma pessoa sensata, tendo reconhecido o perigo da epidemia de Covid-19 no país, foi demitido por discordâncias internas com certas alas do governo que pressionaram por sua saída. Quando Mandetta deixou o cargo naquela semana, o número de infectados já havia passado dos 30 mil, e o Brasil já tinha mais de 2 mil mortos. Em seu lugar foi nomeado o médico oncologista Nelson Teich, que manteve a política do isolamento a contragosto de alguns, condição essa que dois dias depois, cidades como Rio de Janeiro, Niterói, São Paulo e Porto Alegre, registraram novas manifestações cobrando do novo ministro o fim do isolamento horizontal (UOL, 2020).

A situação naquele momento se mostrava preocupante, pois de um lado tinha-se claramente uma biopolítica manifestada pelos prefeitos, governadores e o Ministério da Saúde, buscando assegurar a manutenção das medidas de combate à epidemia, e por outro lado, o presidente e partidários, mostrando-se contrários a manutenção de algumas dessas normas, exercendo suas influências para contestar a eficácia e necessidade dessas medidas. E entre os protagonistas políticos, estava a população que se dividia entre apoiar um dos lados ou ignorar ambos.

No dia 20 de abril novos protestos ocorreram em Brasília, dessa vez não foram protestos necessariamente pedindo a reabertura do comércio, mas atos de cunho político, onde os manifestantes em plena quarentena, desobedeciam às recomendações e foram às ruas protestarem contra a corrupção do STF e do Congresso. Alguns dos manifestantes voltaram a pedir intervenção militar e até solicitaram um novo AI-5, notando-se aqui a incoerência de ideias por parte dessas pessoas. Na ocasião dos protestos, o presidente Jair Bolsonaro esteve presente, algo que inclusive dividiu opiniões entre seus partidários, por considerar ideia insensata e não sendo a hora

---

<sup>10</sup> Inicialmente foi proposta a construção de 192 hospitais, mas no final de maio 94 foram entregues, a maioria em São Paulo, depois Pernambuco, Rio de Janeiro, Ceará e Minas Gerais. Alguns desses hospitais inclusive estavam abaixo do esperado, contendo poucos leitos, alas e equipamentos (CNN BRASIL, 2020b).

para que aquilo fosse feito e tampouco ele deveria ter comparecido. (WASHINGTON POST, 2020).

Mas enquanto o biopoder dos Estados e do Ministério da Saúde era posto em dúvida pela população e autoridades políticas, os quais consideravam aquilo opressivo, tolice e exagero, o número de vítimas continuava a crescer cada vez mais rápido. Apenas em um mês, entre 26/03 a 26/04, o número de infectados saltou de 482 para 61.888, e o número de mortos foi de um pouco mais de 10 para 4.205 falecimentos (BELLINI, 2020). E a situação brasileira agravou-se ainda drasticamente no mês de maio.

### **Maio: aumento dos protestos e agravamento da epidemia**

Com a chegada de maio a condição da epidemia no país seguia preocupante. Embora as medidas biopolíticas de isolamento e quarentena se mantivessem, no entanto, cada vez mais pessoas começavam a sair às ruas sem preocupação, geralmente indo para locais de passeio, feiras e mercados. Após 60 dias de quarentena, parte da população brasileira estava cansada em ter que permanecer em casa, e essa condição de procurar desopilar e passear<sup>11</sup>, levou muitas pessoas que até então estavam permanecendo em seus lares, a começar lentamente irem caminhar, viajar para praias mais distantes, onde não havia fiscalização, ir regularmente a supermercados e feiras, simplesmente para passear. E essa tendência foi vista entre diferentes faixas etárias, indo dos adolescentes até os idosos.

Os três primeiros dias daquele mês, apresentou manifestações em algumas cidades do Sudeste, Sul e Centro-Oeste. Além dessas manifestações, o idos de maio foi marcado por uma alta taxa de mortalidade, sendo reportado que os dias 5, 6 e 7 registraram cerca de 600 mortes diárias por Covid-19, tal fator, no qual em menos de 72 horas, faleceram mais de 1.800 pessoas pelo vírus (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020). Condição que levou alguns prefeitos e governadores a decretarem *lockdown* (fechamento total). Neste caso, o *lockdown* refere-se ao nível 4 apresentado anteriormente, podendo ter variações quanto aos limites da sua restrição. Foi a primeira vez em que governantes decretavam essa medida, algo que já havia sido tomado em outros países europeus e asiáticos, meses antes<sup>12</sup>.

E nesse sentido, cinco estados o adotaram: Pará, Maranhão, Rio de Janeiro, Ceará e Bahia. Sublinha-se que a medida foi aplicada a algumas cidades com maior risco, apresentando alto índice de infectados e casos de morte, embora que isso tenha incluído as capitais Belém do Pará, Fortaleza, São Luís e Salvador. No caso do Rio de Janeiro, a capital não sofreu *lockdown* total, mas parcial, limitado a alguns bairros da Zona Norte e Zona Oeste, mas outras cidades populosas, como Niterói, adotou a medida também. Ao todo, dezoito cidades nessa primeira semana de maio, adotaram este procedimento frente o aumento alarmante de número de mortos em poucos dias, ocasionado pelo desrespeito as medidas de isolamento e quarentena (JC, 2020). E essa escolha pelo *lockdown* novamente desagradou parte da população, pois no dia 10, ocorreu em Brasília, nova manifestação pedindo o fim do isolamento horizontal.

No dia 13, noticiava-se que o Brasil havia ultrapassado a França em números de infectados por Covid-19, chegando a então marca dos 179 mil infectados e 12 mil mortos, tornando o sexto país com maior número de mortes. (G1, 2020). Apesar do número alarmante, no dia 14, o presidente Bolsonaro se manifestou publicamente por uma *live* no *Facebook*, alegando que tais números mostravam que as medidas de isolamento, quarentena e *lockdown* executadas pelos Estados, eram falhas. E para sustentar seu argumento vago, ele citou a Suécia, apontando que o país não declarou

---

<sup>11</sup> É preciso considerar que há situações em que as pessoas vivem em lares problemáticos e violentos, o que leva alguns dos membros a preferirem passar o tempo fora de casa, para poder ter tranquilidade e até segurança (SOUSA, 2020).

<sup>12</sup> Países como China, Coreia do Sul, Itália, Espanha e França, já haviam em poucas semanas de diagnosticado a epidemia, tomado medidas de *lockdown*. Lembrando que o *lockdown* é decretado por prefeitos e governadores, funcionando para localidades específicas. As que adotaram isso notaram níveis de controle do contágio, mas mesmo nestes países a população seguiu desrespeitando as normas, condição essa que a Itália e a Espanha, vivenciaram altos índices de mortandade.

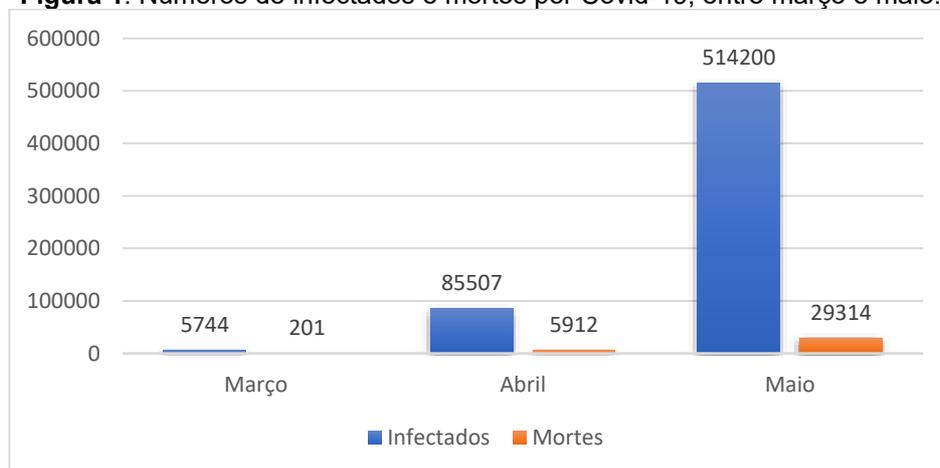
tais medidas e estava em boa situação. O problema é que a fala do presidente estava terrivelmente equivocada, pois entre as cinco nações escandinavas, a Suécia era o país com maior número de mortos e infectados por Covid-19, e o governo sueco reconheceu que falhou em ter subestimado a necessidade do isolamento (METRÓPOLES, 2020).

Diante dessa problemática na qual o número de mortos e infectados continuava a subir, pois parte da população desobedecia as medidas impostas pelos Estados, Municípios e o Ministério da Saúde, e o presidente negando a realidade da situação epidêmica, a crise política e de saúde agravou-se ainda mais na manhã do dia 15 de maio, quando o segundo Ministro da Saúde, Nelson Teich, pediu exoneração, após discordar de atitudes tomadas por Bolsonaro, como a tentativa de permitir que salões de beleza, barbearias e academias voltassem a ser abertas e novamente defender o uso de cloroquina para tratamento do Covid-19 (CNN BRASIL, 2020a). Teich foi sucedido de forma interina, pelo general Eduardo Pazuello<sup>13</sup>, que não possui formação em Medicina ou na área de Saúde.

Dois dias após a saída de Teich, manifestações anti-quarentena ocorreram em algumas cidades do Sudeste, Centro-Oeste, Sul e Nordeste. Mas, se por um lado, o presidente e aliados se mostravam contrários as medidas de isolamento horizontal, quarentena e *lockdown*, no dia 20 de maio foi aprovado o controverso protocolo recomendando o uso de cloroquina para tratamento de Covid-19, sendo esse um medicamento utilizado principalmente para tratar malária e não possuindo testes satisfatórios e seguros que apontassem eficácia no tratamento dos sintomas causados pelo novo coronavírus. Apesar disso, em várias ocasiões, Bolsonaro e aliados fizeram propaganda do remédio, defendendo efeito real e seguro. (AGÊNCIA BRASIL, 2020b).

Os últimos dez dias de maio registraram rápido crescimento no número de infectados. 11 estados decretaram *lockdown* para várias cidades ou suas capitais (SOUZA, 2020). Enquanto isso, os governadores e prefeitos seguiam tentando conscientizar que a população respeitasse as medidas de quarentena e isolamento, mas em apenas dez dias, os valores cresceram rapidamente (ver figura 1)

**Figura 1:** Números de infectados e mortos por Covid-19, entre março e maio.



**Fonte:** Produzido pelo autor, com base nos dados do Ministério da Saúde.

Observa-se pelo gráfico acima, como o crescimento de número de infectados foi elevado, dentro de um período de 60 dias, em que saltou dos 5.744 infectados no final de março, para os 514.200 casos no final de maio. Um valor quase noventa vezes maior. E esse vertiginoso crescimento é um dado bastante preocupante, pois nesse período as medidas de quarentena, isolamento e *lockdown* estavam em vigor, mesmo assim, elas não conseguiram frear o contágio. O

<sup>13</sup> Inicialmente indicado como ministro interino em 15 de maio, Pazuello somente foi nomeado ministro efetivo, em setembro, após mais de três meses no cargo, como interino.

que revela de um lado problemas de aplicação da biopolítica, mas por outro lado, a desobediência a essas normas, motivadas por distintos fatores, incluindo interesses políticos e econômicos.

Apesar desse elevado aumento quanto aos números de casos e óbitos, protestos continuaram a ocorrer no país, culminando no dia 31 de maio, quando ocorreu uma grande manifestação política em Brasília, de partidários do governo, que contou novamente com a presença do presidente Bolsonaro, dessa vez montado a cavalo, para cumprimentar os apoiadores. Enquanto isso, na cidade de São Paulo, bolsonaristas confrontavam manifestantes que foram protestar contra eles. O que incluiu a presença de grupos antifas<sup>14</sup> (TERRA, 2020). Os protestos anti-quarentena do final de maio, marcou o início da política de reabertura gradativa do comércio. Algo pleiteado desde meados daquele mês<sup>15</sup>, e agora posta efetivamente em prática a partir de junho.

### **Junho: reabertura gradativa**

Em 9 de junho o país atingiu a marca de 700 mil infectados, e dez dias depois chegava a 1 milhão de casos notificados. (ISTOÉ, 2020). Apesar desse aumento de 300 mil pessoas infectadas em menos de duas semanas, os governos estaduais seguiam reabrindo o comércio gradativamente, e mesmo os estados onde apresentaram postura contra a reabertura, já estavam cedendo a pressões políticas e econômicas. Sobre isso, Aquino et. al comentou:

A decisão de flexibilizar as medidas de distanciamento social e os critérios adotados pelo Ministério da Saúde devem ser discutidos à luz das informações disponíveis na literatura científica internacional, que, ao contrário do proposto para o Brasil, têm balizado suas decisões no monitoramento da velocidade da transmissão da epidemia e, por conseguinte, da magnitude dos números de infectados, casos de doença e óbitos. A flexibilização ou o fim das medidas de distanciamento social é uma questão delicada, pois manter o controle da pandemia até que uma vacina esteja disponível pode exigir o bloqueio das atividades cotidianas da sociedade por muitos meses, com impactos econômicos e consequentes altos custos para a vida das populações. (AQUINO et al, 2020, p. 2431).

E devido a essa reabertura, isso afetou na redução de protestos que pediam por tal ato. No caso, observa-se que desde março quando os protestos tiveram início, o mês de junho registrou o menor número de manifestações contra a quarentena. O que não significou necessariamente algo positivo, pois embora as manifestações tenham diminuído, a população seguiu descumprindo com as medidas para acessar lojas, mercados, padarias, parques e shoppings, e isso repercutiu numa explosão de novos casos.

O problema que no Brasil a flexibilização nem sempre foi exercida de forma adequada pelas autoridades responsáveis, além de haver o agravante da desobediência e negligência da população. Embora vários países da Europa e Ásia estivessem adotando a flexibilização também, na contramão deles, países das Américas e África, mantinham-se em quarentena e isolamento mais rígidos de acordo com seus critérios e condições (BARIFOUSE, 2020).

Entretanto, os governadores e prefeitos considerando que mais de 100 dias de quarentena era um tempo demasiadamente longo para manter as atividades suspensas e a população em seus lares, julgavam que era o momento da retomada da “normalidade”. Embora salientamos que para eles tomarem essas decisões, outros fatores estiveram por trás disso, alguns claramente contrários a biopolítica, e outros que podem ser considerados agentes da necropolítica, ou seja, concebidos

---

<sup>14</sup> Tais grupos também aproveitaram para protestar contra o presidente e seu governo. Ou seja, observa-se novamente fatores políticos nesses protestos em meio a epidemia. E nesse caso tivemos o encontro de aliados e opositores.

<sup>15</sup> Algumas cidades de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, etc. já haviam iniciado nas últimas duas semanas de maio, a decisão de reabrir parte do comércio de rua e até mesmo alguns shoppings. Porém, é preciso salientar que devido à falta de fiscalização, houve várias cidades pelo país, que na prática nunca seguiram efetivamente as recomendações de isolamento, quarentena e *lockdown*. Mantendo seus estabelecimentos abertos.

sem a preocupação pelo bem-estar da população.

Diante dessa problemática de flexibilizar a quarentena e o isolamento social, cada estado seguiu sua política para fazer isso. Alguns adotaram logo no início de junho a flexibilização, enquanto outros adiaram para o final do mês. Tal política de reabertura afetou principalmente os níveis 3 e 4 da quarentena, os quais ditam o fechamento do maior número possível de estabelecimentos comerciais e de serviços diversos, além do fechamento de áreas de lazer, e dita recomendações para a população evitar sair de casa sem necessidade.

o longo de junho começou-se a ver a reabertura do comércio de rua e de centenas de shoppings pelo país. Embora tenha sido recomendado horário reduzido de funcionamento e controle na quantidade de pessoas em cada estabelecimento. Mas a falta de fiscalização adequada, não evitou lojas lotadas (SAID, 2020). Mas além do retorno do comércio, também se cogitou a reabertura dos estabelecimentos de alimentação. Decisão tomada mais tardiamente. Nessa tendência de reabertura das atividades comerciais, também seguiu a autorização para que praias, parques e praças voltassem a ser frequentados, e até mesmo a decisão de retomar os campeonatos de futebol com estádios fechados para as torcidas (A TRIBUNA, 2020).

Em meio ao afã da flexibilização em progresso, o final do mês encerrava-se com 1,4 milhão de casos e 59.594 óbitos gerados pela epidemia. O que significa que num período de 30 dias, contados de 01 a 30 de junho, a curva de infectados subiu de 526.447 para 1.402.041, o que resulta num aumento de 875.594 novos casos, valor maior do que o total acumulado entre 26/02 e 01/06. Por tais dados mostra-se que enquanto as medidas de quarentena e isolamento foram mais rígidas, o crescimento do contágio foi menor se comparado ao período de flexibilização dessas medidas (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020). Entretanto, a situação apenas piorou.

### **Julho: crise da quarentena**

Julho começou dando continuidade à crise da quarentena ainda iniciada em junho. Novamente os governadores e prefeitos de estados com altos índices de infecção e mortalidade<sup>16</sup>, seguiam flexibilizando a quarentena, apesar que fosse recomendado manter as medidas de distanciamento social, evitar aglomerações, e o uso obrigatório de máscaras, no entanto, grande parte da população destes estados, não obedecia tais medidas da biopolítica de combate à epidemia, o que levou cidades como Rio de Janeiro e São Paulo a instituir um programa de vigilantes e fiscais da saúde para repreender a população e multá-los. Tais fiscais também autuavam estabelecimentos que estivessem descumprindo as medidas de segurança<sup>17</sup>. Apesar dessas regras, pessoas seguiam sem usar máscaras, desrespeitavam o distanciamento e a fiscalização. O dia 5 de julho registrou um alto índice de pessoas passeando em praias no Rio de Janeiro, em praças e parques em São Paulo e Brasília. Além de apresentar bares lotados. Neste mesmo dia o país já registrava mais de 1,6 milhão de infectados e 60 mil mortes (JUCÁ, 2020).

No dia 7, o presidente Bolsonaro comunicou a imprensa que testou positivo para o Covid-19. Embora ele tenha sido acusado por parte da mídia de ocultar suspeitas de que tivesse adoecido meses antes, pois ele negou-se a apresentar os resultados dos testes que fez em março e abril, Bolsonaro aproveitou a situação para promover o uso de medicamentos defendidos por ele e apoiadores, como sendo eficazes no tratamento da doença e até usados como preventivos também. Novamente sua atitude foi criticada não apenas pela imprensa e por políticos, mas por autoridades de saúde (GOTLIB; JORDÃO, 2020).

Nas semanas seguintes, registros de descaso quanto ao cumprimento das medidas de isolamento, foram feitos em várias cidades brasileiras. Além disso, a polícia também registrou

---

<sup>16</sup> Os estados com maiores índices: São Paulo, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Goiás, Distrito Federal e Paraná.

<sup>17</sup> Por exemplo, em São Paulo, a multa para quem não usasse máscara era de R\$ 524 reais, já o estabelecimento onde permitisse o acesso de clientes sem esse acessório, o valor era de R\$ 5.025 reais. Em outras cidades os valores diferenciavam.

estabelecimentos funcionando de forma inadequada, e até mesmo a ocorrência de festas em distintas cidades. As pessoas que burlavam os decretos de saúde, alegavam que tais demandas eram abusivas, e estavam oprimindo sua liberdade de ir e vir. Nota-se novamente uma postura de tratar a biopolítica como uma ameaça, como uma afronta ao direito individual. Para essas pessoas, os fiscais que cobravam o uso de máscaras, distanciamento e que aplicavam multas, eram malvistas, quase como se fossem “opressores” aplicando o biopoder pelo qual estavam a serviço. No entanto, há casos em que o Estado deve intervir contra o direito individual para salvaguardar o interesse público.

Logo, as medidas de saúde pública podem, de fato, “invadir a esfera da liberdade individual de forma bastante agressiva”, invasão que, “no âmbito do Estado Democrático de Direito, será sempre permitida quando feita nos termos da lei e em defesa do interesse público, no caso, a proteção da saúde pública contra riscos à saúde identificados na sociedade”, com base em “amplo debate social” sobre as regras e os procedimentos que o Estado deve adotar”. Os programas de imunização, cada vez mais atacados por campanhas contrárias à vacinação, constituem um exemplo bastante revelador da complexidade desta questão. (VENTURA; AITH; RACHED, 2020, p. 9-10).

Embora o Estado brasileiro detivesse o direito de obrigar a população a seguir as medidas de quarentena e isolamento social, mas a falta de fiscalização e conscientização pública, levou a inúmeros descumprimentos. E nesse ponto observa-se por esses aspectos que parte da população brasileira considerava que a flexibilização da quarentena significaria o abandono das medidas de prevenção.

Nas últimas semanas de julho, surgiu o debate quanto ao retorno das aulas. Enquanto algumas cidades noticiavam que as festas de réveillon foram canceladas, os estados do Maranhão, Tocantins, Rio Grande do Norte, Rondônia, Acre, Santa Catarina, São Paulo, Piauí, Paraná e o Distrito Federal, apresentaram planos para retomada das aulas em agosto ou setembro, alegando-se que a situação da epidemia estava diminuindo e “sob controle” (ÚLTIMO SEGUNDO, 2020b).

Alguns dos defensores da volta às aulas, chegaram a fazer comparações com outros países europeus onde tal processo já estava em andamento desde maio, mas a realidade lá era diferente da brasileira, onde alguns países como Dinamarca, Noruega e Portugal os índices foram bem baixos, por sua vez, nações com altos índices de mortes, como Espanha e Itália, planejavam retorno das aulas talvez em setembro ou outubro (ESCOLAS EXPONENCIAIS, 2020). No caso do Brasil, a situação era ainda mais complicada devido ao descaso quanto a flexibilização, apesar que em setembro, algumas escolas retomaram suas atividades como no caso de Manaus, a primeira capital a autorizar o retorno das atividades escolares a nível público e privado.

### **Agosto: o “retorno da normalidade”**

Agosto iniciou com a falsa impressão de que a vida havia voltado a sua normalidade. Após quase dois meses de flexibilização, para muitas pessoas parecia que tudo estava resolvido e a epidemia era agora uma lembrança ruim. O aumento de indivíduos não usando máscaras e não respeitando outras medidas de prevenção, foi banalizado. Embora a fiscalização ainda continuasse, essa já apresentava sinais de irregularidade e negligência. E nesse ponto sublinha-se que não foi apenas as pessoas que anteriormente eram adeptas de movimentos anti-quarentena e contrárias ao uso de máscaras, mesmo aqueles que defendiam a biopolítica de saúde, começaram a ignorá-la também.

Embora oficialmente as medidas de saúde para o combate à epidemia de Covid-19 estivessem operantes, o que se notou é que mesmo os governos a nível Municipal e Estadual, os quais por meses foram opositores ao Governo Federal, aderiram a tendência de flexibilizar o cuidado. Não sendo incomum ver a cada dia, mais prefeitos e governadores autorizando a reabertura do comércio, dos passeios públicos, dos jogos de futebol, restaurantes, lanchonetes,

academias, salões de beleza, igrejas etc.

As notícias sobre a epidemia em agosto, foram ofuscadas por problemas políticos, econômicos e ambientais da época como: o aumento contínuo do dólar, reformas econômicas que não saíram, crescimento do desemprego, denúncias de corrupção contra a família do presidente, e os grandes incêndios na Amazônia e no Pantanal, tudo isso distraia a atenção da população para a crise de saúde no país, e gerava a falsa sensação de que a situação estava melhor. Todavia, no mês de agosto, o Brasil passou dos 3 milhões de infectados e dos 100 mil mortos, mostrando que a biopolítica de flexibilização era falha (PHILLIPS, 2020). (ver figura 2)

**Figura 2:** Tabela com os números de infectados e mortes, referentes aos meses de março a agosto

<b>Sem flexibilização</b>	<b>Com flexibilização</b>	<b>Nº Infectados</b>	<b>Nº Mortes</b>
Março		5.744	201
Abril		85.507	5.912
Maió		514.200	29.314
	Junho	1.402.041	59.594
	Julho	2.662.645	92.475
	Agosto	3.908.272	121.381

**Fonte:** produzido pelo autor com os dados do Ministério da Saúde.

Com base na figura 2, observa-se que a flexibilização da quarentena e do isolamento social, algo iniciado em junho, foi uma decisão precipitada. Pois em abril e maio, meses nos quais a quarentena e o isolamento agiam de forma mais rígida, e inclusive até *lockdown* foram implementados em algumas cidades e estados, conseguiu retardar um pouco o crescimento da curva de infecções, principalmente em abril, época que foi marcada pelos protestos anti-quarentena. Todavia, maio marcou uma crise da biopolítica, revelando não apenas a continuação dos protestos, mas um aumento considerável de pessoas que saíam de seus lares sem necessidade expressa, procurando ir passear ou frequentar estabelecimentos de alimentação, que estavam abertos ilegalmente. O resultado foi um crescimento de mais de 429 mil casos em 30 dias, somente no mês de maio. E a situação piorou com a flexibilização em junho, mostrando que nos meses seguintes, o país registrou 1 milhão de novos casos mensalmente. Mantendo o Brasil no segundo lugar no mundo de países com mais casos de Covid-19, por algumas semanas, até ser ultrapassado pela Índia antes do final de agosto. Mas a queda do Brasil para a terceira posição mundial, não é algo positivo a se comemorar, pois o país ainda acumula casos elevadíssimos.

### **Considerações finais**

Enquanto um fim para a epidemia ainda não é visível no horizonte, podemos fazer um exercício de reflexão sobre como o combate a essa doença foi feito no Brasil. O Governo Federal publicou decisões importantes como a Lei no 13.979/2020, que estabeleceu os princípios básicos de combate à epidemia, incluindo as definições de quarentena e isolamento. No entanto, essa lei aprovada nos idos de fevereiro, somente em março começou a ser posta em prática e ao longo dos meses seguintes, ela foi parcialmente cumprida. Embora salienta-se que essa lei serviu apenas de base para que os Estados promulgassem suas próprias normas para atender suas situações específicas.

No tocante as ações dirigidas para a economia e o sustento individual do cidadão, o Governo Federal aprovou o Decreto Nº 10.316/2020 que estipulou o auxílio emergencial, que de fato, foi essencial para ajudar milhões de brasileiros. Embora recordamos que de início houve críticas quanto a sua concessão, sob alegação de comprometer os cofres públicos. A segunda ação de caráter econômico providenciado, foi a Medida Provisória Nº 927/2020, a qual teve uma

repercussão mais controversa, por alterar normas trabalhistas durante alguns meses, no intuito de manter empregos e ajudar as empresas. Essa MP recebeu alterações no seu texto base nos meses seguintes. E somente mais adiante poderemos ter uma noção de sua eficácia.

Mas além dessas duas ações econômicas, o Governo Federal também liberou verbas para alguns estados, apesar que coube aos governadores a construção de hospitais de campanha e a compra de medicamentos, testes, entre outros materiais hospitalares. E nesse quesito houve alguns problemas de corrupção. O que revela o uso da biopolítica para fins escusos, algo que o próprio Foucault já havia salientado distintas vezes. E nesse sentido, ressaltamos que esse ato de se valer da epidemia para lucrar em cima da ajuda aos outros, não recaiu apenas sobre os políticos, mas sobre comerciantes, vendedores e fornecedores, os quais aproveitaram a alta procura por produtos como máscaras, luvas, álcool gel, etc. para inflacionar valores abusivos. Tais aspectos nos fez recordar do “estado suicidário” dito por Safatle.

Quanto a percepção pública acerca do vírus e da epidemia, conclui-se que isso é representado por um misto de ideias envolvendo teorias da conspiração, sensacionalismo, negacionismo, fanatismo e desinformação. Posicionamentos compartilhados por autoridades públicas e pela população no geral, ora pendendo por uma opinião mais segura quanto ao perigo da doença, ou ora pendendo para uma opinião negacionista e incoerente. Nesse contexto, observamos um outro uso do biopoder, sendo este utilizado pelo presidente Bolsonaro como forma de se contrapor ao biopoder de outras autoridades do país, gerando um embate de ideias, deixando o campo da saúde, para tornar-se uma disputa ideológica, a qual ele mesmo acusava seus opositores de estarem fazendo isso contra ele.

Mas além dessas manifestações nas ruas, protestos nas redes sociais seguiram com regularidade, sendo que alguns estiveram aliados a várias *fake news*, das quais algumas defendiam teorias da conspiração, a ponto de tornar-se o problema de saúde da epidemia numa briga política entre Direita x Esquerda, algo que foi visível em vários aspectos no Brasil. Por tais exemplos, observa-se claramente o que Preciado, Agamben e Žižek comentaram sobre como as teorias da conspiração, a paranoia, a ignorância e o fanatismo contribuíram para gerar uma onda de desinformação e uma “resistência equivocada”, pois tratavam a pandemia não como única ameaça, mas como “arma” de um complô global, sendo mais importante procurar desmentir essa “farsa” do que cuidar dos problemas de saúde. E essa crise política tendo como pano de fundo uma suposta conspiração mundial por trás da disseminação do novo coronavírus, repercutiu na condição de que em dois meses, dois Ministros da Saúde deixaram o cargo por serem alvo de pressões antagônicas.

Outro aspecto a ser destacado, foi o grande aumento no número de casos de infectados, algo apresentado nas figuras 1 e 2, as quais mostraram que nos meses nos quais a quarentena e o isolamento foram seguidos com mais êxito, o crescimento no contágio foi menor. Apesar que essa obediência as regras, durou pouco, pois em maio houve um grande salto de novos casos. E tais valores continuaram a crescer com a flexibilização, a qual se mostrou precipitada e falha em vários aspectos. Algo que pode ser considerado uma necropolítica, como definido por Mbembe, quando o Estado deixa de se preocupar com o bem-estar da população e passa a ditar medidas que comprometam a vida de milhares ou milhões, alegando que estão tomando a decisão certa. Mas nesse caso, sublinhamos que o problema não foi a flexibilização em si, mas a forma como ela foi executada e o desrespeito da população e das autoridades as medidas de segurança. Nesse sentido, não é apenas o Estado que teve culpa, mas o povo também contribuiu para isso.

Embora isso seja uma lição a ser considerada tanto no Brasil, quanto em outros países, pois notou-se que os governos não estavam preparados para combater uma pandemia mundial, e as pessoas ainda não estão preparadas para longas quarentenas, devido a diversos fatores<sup>18</sup>. E por

---

<sup>18</sup> Além da condição econômica de sustento, os fatores de saúde também pesaram contra a manutenção da quarentena e do isolamento por longos períodos. Condição essa que a OMS apontou aumento no tabagismo, alcoolismo, estresse,

tais condições, essas pessoas tendem a deixar seus lares. Caso uma nova pandemia acometa o mundo num futuro próximo, os países devem repensar suas biopolíticas para evitar que antigos problemas e erros voltem a se repetir.

## Referências

AGAMBEN, Giorgio. Reflexiones sobre la peste. In: AGAMBEN, Giorgio et al. *Sopa de Wuhan*. [S.l.]: ASPO, 2020, p. 135-137.

ANDERSEN, Kristian G. et al. The proximal origin of SARS-CoV-2. *Nature Medicine*, v. 26, 2020, p. 450-452. Disponível em: [https://www.nature.com/articles/s41591-020-0820-9?fbclid=IwAR1Nj6E-XsU\\_N6lrFN1m9gCT-Q7app0iO2eUpN5x7OSi-l\\_q6c1LBx8-N24](https://www.nature.com/articles/s41591-020-0820-9?fbclid=IwAR1Nj6E-XsU_N6lrFN1m9gCT-Q7app0iO2eUpN5x7OSi-l_q6c1LBx8-N24). Acesso em: 25 abr. 2020.

APESAR do coronavírus, país registra atos pró-governo. Presidente divulga manifestações. *Estadão*, 2020. <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,apesar-do-coronavirus-pais-registra-atos-pro-governo-presidente-divulga-manifestacoes,70003233854>. Acesso em: 27 abr. 2020.

APÓS 29 dias no cargo, Nelson Teich pede demissão do Ministério da Saúde. *CNN Brasil*, 2020a. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/2020/05/15/nelson-teich-pede-demissao-do-ministerio-da-saude>. Acesso em: 30 maio 2020.

AQUINO, Estela M. L. et al. Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de COVID-19: potenciais impactos e desafios no Brasil. *Ciênc. saúde coletiva*, v. 25, (suppl. 1), p. 2423-2446, 2020. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/csc/2020.v25suppl1/2423-2446/pt/>. Acesso em: 25 abr. 2020.

BARIFHOUSE, Rafael. Coronavírus: na contramão do mundo, Brasil flexibiliza quarentena antes de atingir pico de mortes. *BBC Brasil*, 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52930843>. Acesso em: 30 jun. 2020.

BOLSONARO anda a cavalo em ato em Brasília; manifestantes se enfrentam em São Paulo. *Terra*, 2020. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/bolsonaro-anda-a-cavalo-em-ato-em-brasilia-manifestantes-se-enfrentam-em-sp,9cc039a35f8ed8fd1a11b627bdf3d9872m0fxsje.html>. Acesso em: 10 jun. 2020.

BRASIL passa a marca de 1 milhão de casos de Covid-19. *ISTOÉ*, 2020. Disponível em: <https://istoe.com.br/brasil-e-segundo-pais-a-passar-da-marca-de-1-milhao-de-casos-de-covid-19/>. Acesso em: 20 jun. 2020.

BRASIL supera a França em número de infectados pelo novo coronavírus, diz universidade. *G1*, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/05/13/brasil-supera-a-franca-em-numero-de-infectados-pelo-novo-coronavirus-diz-universidade.ghtml>. Acesso em: 30 maio 2020.

BROCKLEHURST, Steven. *The woman who discovered the first coronavirus*. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/uk-scotland-52278716>. Acesso em: 20 abr. 2020.

CARREATA em SP perde força, volta atacar Doria e pede fim do isolamento social. *Folha de São Paulo*, 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/carreata-em-sp-perde-forca-volta-a-atacar-doria-e-pede-fim-do-isolamento-social.shtml>. Acesso em: 21 maio 2020.

CLUBES da série A do Brasileiro registram 95 casos de jogadores com coronavírus. *A Tribuna*, 2020. Disponível em: <https://www.atribuna.com.br/esportes/maisesportes/clubes-da-s%C3%A9rie-a-do-brasileiro-registram-95-casos-de-jogadores-com-coronav%C3%ADrus-1.106236>. Acesso em:

---

insônia, ansiedade, depressão, irritabilidade, baixo autoestima, sobrepeso, obesidade, fome etc. (RESENDE; ANDRADE; MIRANDA, 2020).

30 jun. 2020.

COMO está sendo a volta às aulas na Europa e na Ásia? *Escolas Exponenciais*, 2020. Disponível em: <https://escolasexponenciais.com.br/desafios-contemporaneos/como-esta-sendo-a-volta-as-aulas-na-europa-e-na-asia/>. Acesso em: 05 ago. 2020.

CORONAVÍRUS//Brasil. *Ministério da Saúde*, 2020. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 25 abr. a 30 set. 2020.

CORONAVÍRUS chegou ao Brasil em janeiro, antes do Carnaval, diz Fiocruz. *Correio*, 2020. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/coronavirus-chegou-ao-brasil-em-janeiro-antes-do-carnaval-diz-fiocruz/>. Acesso em: 21 maio 2020.

CORONAVÍRUS: um terço da população mundial está sob quarentena; veja 4 tipos de restrição. *BBC Brasil*, 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52040808>. Acesso em: 25 abr. 2020.

CORRÊA FILHO, Heleno Rodrigues. *Lei do CoronaVirus 2019 – autoritarismo sem garantias de cidadania*. Disponível em: <http://cebes.org.br/2020/02/comentario-a-lei-do-coronavirus-2019-uma-lei-autoritaria-sem-garantias-de-cidadania/>. Acesso em: 27 abr. 2020.

DANNER, Fernando. O sentido da biopolítica em Michel Foucault. *Revista Estudos Filosóficos*, n. 4, p. 143-157, 2010.

DANTAS, Carolina. Novo coronavírus é emergência de saúde internacional, declara OMS. *G1*, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2020/01/30/novo-coronavirus-e-emergencia-de-saude-internacional-declara-oms.ghtml>. Acesso em: 20 abr. 2020.

DE GRIPEZINHA A “NÃO É TUDO ISSO”: vezes em que Bolsonaro minimizou coronavírus. *Último Segundo*, 2020a. Disponível em: <https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2020-03-24/de-gripinha-a-nao-e-tudo-isso-vezes-em-que-bolsonaro-minimizou-coronavirus.html>. Acesso em: 27 abr. 2020.

DIAS, Roberto. *O coronavírus criou uma nova espécie de negacionista*. *Folha de S. Paulo*, 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/robertodias/2020/04/o-coronavirus-criou-uma-nova-especie-de-negacionista.shtml>. Acesso em: 21 maio 2020.

FOUCAULT, Michel. *El nacimiento de la biopolítica*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade*, vol. 1: A vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guillon Albuquerque. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999. 3v

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1995.

GOTLIB, Jéssica; JORDÃO, Fernando. Bolsonaro diz estar bem e que foi tratado para covid-19 com cloroquina: “Reação quase imediata”. *Correio Braziliense*, 2020. Disponível em: [https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/07/07/interna\\_politica,870076/bolsonaro-diz-estar-bem-e-que-foi-tratado-para-covid-19-com-cloroquina.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/07/07/interna_politica,870076/bolsonaro-diz-estar-bem-e-que-foi-tratado-para-covid-19-com-cloroquina.shtml). Acesso em: 15 jul. 2020.

GOULART, Adriana da Costa. Revisitando a espanhola: a gripe pandêmica de 1918 no Rio de Janeiro. *História, Ciências, Saúde*, v. 12, n. 1, p. 101-142, 2005.

JUCÁ, Beatriz. Brasileiros lotam praias e bares, enquanto infectados pela covid-19 passam de 1,6 milhão. *El País*, 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-07-06/brasil-19-passam-de-1-6-milhao>

praias-e-bares-enquanto-mortos-pela-covid-19-no-pais-se-aproximam-de-65000.html?ssm=FB\_BR\_CM&utm\_source=Facebook&fbclid=IwAR1iQcucLuGnkoQw-2EFr6Fy-OxpTb-9\_yHgtN2JR8A7i8cdy9TPqqFglnc#Echobox=1593994700. Acesso em: 20 jul. 2020.

LEADERS risk lives by minimizing the coronavirus. Bolsonaro is the worst. *Washington Post*, 2020. Disponível em: [https://www.washingtonpost.com/opinions/global-opinions/jair-bolsonaro-risks-lives-by-minimizing-the-coronavirus-pandemic/2020/04/13/6356a9be-7da6-11ea-9040-68981f488eed\\_story.html?fbclid=IwAR0uPYA\\_hJP5\\_RAvu-MNmae3NsBuTsqmUI\\_VEITTrhOkqQSIKqYcUa\\_grbs](https://www.washingtonpost.com/opinions/global-opinions/jair-bolsonaro-risks-lives-by-minimizing-the-coronavirus-pandemic/2020/04/13/6356a9be-7da6-11ea-9040-68981f488eed_story.html?fbclid=IwAR0uPYA_hJP5_RAvu-MNmae3NsBuTsqmUI_VEITTrhOkqQSIKqYcUa_grbs). Acesso em: 30 abr. 2020.

LECLERCQ, Michel. Face au péril du Covid-19, Jair Bolsonaro ne fait plus rire les Brésiliens. *Le Figaro*, 2020. Disponível em: [https://www.lefigaro.fr/international/face-au-peril-du-covid-19-jair-bolsonaro-ne-fait-plus-rire-les-bresiliens-20200323?fbclid=IwAR2yAR5mMKzdGUZI60ebc3dZ7gSvqz4DAHys0tndm\\_MoxP7PmUsiweoagh4](https://www.lefigaro.fr/international/face-au-peril-du-covid-19-jair-bolsonaro-ne-fait-plus-rire-les-bresiliens-20200323?fbclid=IwAR2yAR5mMKzdGUZI60ebc3dZ7gSvqz4DAHys0tndm_MoxP7PmUsiweoagh4). Acesso em: 10 abr. 2020.

LEI Nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. *Diário Oficial da União*. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.979-de-6-de-fevereiro-de-2020-242078735>. Acesso em: 30 abr. 2020.

LIRONG, Zou et al. SARS-CoV-2 Viral Load in Upper Respiratory Specimens of Infected Patients. *The New England Journal of Medicine*, n. 382, apr. p. 1177-1779, 2020. Disponível em: <https://www.nejm.org/doi/full/10.1056/NEJMc2001737>. Acesso em: 25 abr. 2020.

MANDETTA é demitido do Ministério da Saúde pelo presidente Bolsonaro. *UOL*, 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/04/16/mandetta-demissao-ministerio-da-saude-bolsonaro.htm>. Acesso em: 21 maio 2020.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. Rio de Janeiro: n-1 Edições, 2018.

MEDIDA Provisória Nº 927, de 22 de março de 2020. *Diário Oficial da União*, 2020. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/mpv/mpv927.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/mpv/mpv927.htm). Acesso em: 20 abr. 2020.

MINISTÉRIO da Saúde apresenta novo protocolo para uso da cloroquina. *Agência Brasil*, 2020b. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-05/ministerio-saude-apresenta-novo-protocolo-para-uso-cloroquina>. Acesso em: 10 jun. 2020.

NOVE estados e o DF pretendem retomar aulas presenciais até setembro. *Último Segundo*, 2020b. Disponível em: <https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2020-07-21/9-estados-e-o-df-pretendem-retomar-aulas-presenciais-ate-setembro.html>. Acesso em 05 de ago. de 2020.

OMS. *Coronavirus disease 2019 (COVID-19), Situation Report-72*. 1 de abril de 2020. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/331685/nCoVsitrep01Apr2020-eng.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2020.

PATRICK, C. Y. Woo et al. Characterization and Complete Genome Sequence of a Novel Coronavirus, Coronavirus HKU1, from Patients with Pneumonia. *Journal of Virology*, vol. 79, n. 2, p. 884-895, 2005. Disponível em: <https://jvi.asm.org/content/79/2/884.full>. Acesso em: 25 abr. 2020.

PHILLIPS, Tom. 'We failed': one scientist's despair as Brazil Covid-19 deaths hit 100,000. *The Guardian*, 2020. Disponível em: [https://www.theguardian.com/world/2020/aug/09/brazil-covid-19-deaths-natalia-pasternak-bolsonaro?CMP=fb\\_gu&utm\\_medium=Social&utm\\_source=Facebook&fbclid=IwAR1zFq7pIWh3vfYK7uyi0BK7Evc6gNeUGCo2rZq4ypWQUO1DR9eKCqYH7g0Y#Echobox=1596968114](https://www.theguardian.com/world/2020/aug/09/brazil-covid-19-deaths-natalia-pasternak-bolsonaro?CMP=fb_gu&utm_medium=Social&utm_source=Facebook&fbclid=IwAR1zFq7pIWh3vfYK7uyi0BK7Evc6gNeUGCo2rZq4ypWQUO1DR9eKCqYH7g0Y#Echobox=1596968114). Acesso em: 30 ago. 2020.

PRECIADO, Paul B. Aprendiendo del Vírus. In: AGAMBEN, Giorgio et al. *Sopa de Wuhan*. [S.l]: ASPO, 2020, p. 166-185.

RESENDE, Viviane; ANDRADE, Mávila; MIRANDA, Vanessa. Os impactos psicológicos da quarentena e como reduzi-los. *Sanar/Med*, 2020. Disponível em: <https://www.sanarmed.com/impactos-psicologicos-da-quarentena-e-como-reduzi-los>. Acesso em: 03 out. 2020.

SAFATLE, Vladimir. *Bem-vindo ao Estado Suicidário*. *Crisis & Crítica*, 2020. Disponível em: <https://crisiscritica.net/publicaciones/sobre-o-estado-suicidario/>. Acesso em: 30 set. 2020.

SAID, Flávia. *Em meio à pandemia, Brasil tem mais de 400 shopping centers abertos*. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/saude/em-meio-a-pandemia-brasil-tem-mais-de-400-shopping-centers-abertos/>. Acesso em: 20 jun. 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A cruel pedagogia do vírus*. São Paulo: Boitempo, 2020.

SÓ 47% dos hospitais de campanha previstos no Brasil já foram entregues. *CNN Brasil*, 2020b. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/2020/05/28/so-47-dos-hospitais-de-campanha-previstos-no-brasil-ja-foram-entregues>. Acesso em: 30 maio 2020.

SOUSA, Reginaldo Cerqueira. Vulnerabilidade, vida precária e luto: os impactos da pandemia da Covid-19 no Brasil. *UNIFESSPA*, 2020. Disponível em: <https://acoescovid19.unifesspa.edu.br/2-uncategorised/107-vulnerabilidade,-vida-prec%C3%A1ria-e-luto-os-impactos-da-pandemia-da-covid-19-no-brasil.html>. Acesso em: 02 out. 2020.

SOUZA, Marina Duarte de. Coronavírus: 11 estados brasileiros registraram lockdown em pelo menos uma cidade. *Brasil de Fato*, 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/05/20/coronavirus-11-estados-brasileiros-registram-lockdown-em-pelo-menos-uma-cidade>. Acesso em: 10 jun. 2020.

SUÉCIA reconhece erros em não adotar lockdown no combate ao coronavírus. *Metrópoles*, 2020. Disponível em: <https://www.metropoles.com/saude/suecia-reconhece-erros-em-nao-adotar-lockdown-no-combate-ao-coronavirus>. Acesso em: 30 maio 2020.

VEJA as medidas que cada estado está adotando para combater o Covid-19. *Agência Brasil*, 2020a. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-03/veja-medidas-que-cada-estado-esta-adotando-para-combater-covid-19>. Acesso em: 27 abr. 2020.

VEJA quais estados já decretaram lockdown no Brasil. *JC*, 2020. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/brasil/2020/05/5608273-veja-quais-estados-ja-decretaram-lockdown-no-brasil.html>. Acesso em: 30 maio 2020.

VENTURA, Deisy de Freitas Lima; AITH, Fernando Mussa Abujamra; RACHED, Danielle Hanna. A emergência do novo coronavírus e a “lei de quarentena” no Brasil. *Revista Direito e Práxis*, Ahead of print, Rio de Janeiro, [S.L.], p. 1-32, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/49180/32876>. Acesso em 20 maio 2020.

ŽIŽEK, Slavoj. *¡Pandemia! El Covid-19 sacude al mundo*. [S.l]: OR Books, 2020.

## Nota de autoria

Leandro Vilar Oliveira é Doutor em Ciências das Religiões (PPGCR-UFPB), Mestre em História e Cultura Histórica (PPGH-UFPB), membro do Núcleo de Estudos Vikings e Escandinavos (NEVE). Membro do corpo editorial da revista *Scandia: Journal of Medieval Norse Studies*. Atua principalmente nas áreas de história das religiões, simbologia, mitologia nórdica, história medieval, moderna, Brasil holandês e história militar. É autor do blog *Seguindo os Passos da História* e escritor. E-mail: [vilarleandro@hotmail.com](mailto:vilarleandro@hotmail.com).

### Como citar esse artigo de acordo com as normas da revista

OLIVEIRA, Leandro Vilar. Biopolítica na epidemia de Covid-19 no Brasil (2020): uma análise das ações de combate à doença e a oposição anti-quarentena. *Sæculum – Revista de História*, v. 25, n. 43, p. 21-42, 2020.

### Contribuição de autoria

Não se aplica

### Financiamento

Não se aplica.

### Consentimento de uso de imagem

Não se aplica

### Aprovação de comitê de ética em pesquisa

Não se aplica

### Licença de uso

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

### Histórico

Recebido em 13/08/2020.

Modificações solicitadas em 06/10/2020.

Aprovado em 18/10/2020.